

CADERNOS
PROARQ 35

MELISSA LAUS MATTOS E ANA MARIA GADELHA ALBANO AMORA

Arquitetura moderna no Brasil para além dos centros

Modern architecture in Brazil beyond the centers

Melissa Laus Mattos

Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Arquitetura (PROARQ) da Universidade Federal do Rio de Janeiro (DINTER, PROARQ/UFFS); Mestre em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade pela Universidade Federal de Santa Catarina (2009); Professora do Curso de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS) desde 2013.

DSc student at the Post-Graduate Program in Architecture (PROARQ) at the Federal University of Rio de Janeiro (DINTER, PROARQ/UFFS); Master's degree in Urbanism, History and Architecture of the City by the Federal University of Santa Catarina (2009); Professor of Architecture and Urbanism at the Federal University of the South Frontier (UFFS) since 2013.

melissa.mattos@uffs.edu.br

Ana Maria Gadelha Albano Amora

Doutora pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ) (2006); Professora Associado da FAU UFRJ desde 2008 e do PROARQ UFRJ; coordena o Doutorado Interinstitucional com a Universidade Federal da Fronteira Sul; foi professora do Departamento de Arquitetura e Urbanismo da UFSC, e integrou corpo docente do Programa de Pós-graduação em Urbanismo, História e Arquitetura da Cidade (UFSC). É bolsista de produtividade CNPq.

DSc by the Urban Research and Planning Institute (IPPUR/UFRJ) (2006); Associated Professor at the Faculty of Architecture and Urbanism (FAU) and the Post-Graduate Program in Architecture (PROARQ), both at the Federal University of Rio de Janeiro (UFRJ) since 2008; coordinator of the Doctoral Program Collaboration between the Federal University of Rio de Janeiro and the Federal University of the South Frontier; Was a professor at the Department of Architecture and Urbanism from the Federal University of Santa Catarina (UFSC) and was a member of the Post-Graduate Program in Urbanism, History and Architecture of the City (UFSC). Also is a productivity grant holder of the CNPq.

aaamora@fau.ufrj.br

Resumo

O objetivo deste artigo é apresentar uma breve discussão sobre a arquitetura moderna brasileira produzida para além dos seus centros de origem e disseminação, notadamente São Paulo e Rio de Janeiro e, mais especificamente, como essa produção esteve historicamente relegada a uma posição de inferioridade frente à produzida nos centros, sobretudo por ser majoritariamente ignorada na historiografia hegemônica da arquitetura moderna brasileira, ou classificada com frequência como *periférica e tardia*. Esse debate surge no âmbito da pesquisa da tese “Ecos da Modernidade no Alto Uruguai Gaúcho: o caso de Erechim”, que estudou como se deu o processo de implantação de exemplares de arquitetura moderna no interior do Rio Grande do Sul entre os anos de 1945 e 1970. Se até pouco tempo atrás a narrativa hegemônica na historiografia centralizou seus esforços na produção e nos sujeitos ligados aos centros nevrálgicos dos grandes acontecimentos arquitetônicos modernos, no final do século XX já tivemos a construção de posturas críticas às verdades consolidadas. Agora, nas primeiras décadas do século XXI, encontramos o afastamento necessário para não apenas questionar a narrativa hegemônica, mas para pensar em ampliar o campo de estudo de modo a dar conta do imenso país que existe para além das capitais. No entanto, no corpo historiográfico aceito e, sobretudo, replicado em nossas escolas de arquitetura, predomina uma lógica fundada nas ideias de centro e periferia, não só da produção arquitetônica, mas também da produção da crítica a essa arquitetura. Nesse contexto, os centros emissores da modernidade, por movimentos de difusão e/ou influência, seriam a fonte comum a alimentar toda uma periferia cuja arquitetura moderna *baixa* sequer seria merecedora de crítica. Conclui-se que, ao se condicionar a experiência moderna à produção de arquiteturas do *alto e baixo* modernismo, leva-se o campo a uma análise formal, estilística, cuja função, no mais das vezes seria definir quais arquiteturas modernas são *mais* modernas.

Palavras-chave: Arquitetura Moderna no Brasil. Modernidade Periférica. Arquitetura no interior.

Abstract

The aim of this paper is to present a brief discussion on Brazilian modern architecture produced beyond the centers of its origins and dissemination, clearly São Paulo and Rio de Janeiro, and specifically how this production has been historically relegated to an inferior condition of that made in the centers, mainly because it has been ignored by the hegemonic historiography of the Brazilian modern architecture, or designated as *peripheral and delayed*. This debate emerges with the doctoral research “Echoes of Modernity in the Alto Uruguai Gaúcho: a case study on Erechim”, in which has been studied the process of implementation of buildings of modern architecture in small towns in the north of Rio Grande do Sul between 1945 and 1970. Not so long time ago the hegemonic historiographic narrative has been centralized efforts on the production and subjects related to the main centers of the key events of modern architecture, however the end of 20th century has become the development of critical attitudes to the consolidated statements. Nowadays, in the first decades of the 21st century, it's possible to broadly evaluate, not only to question of the hegemonic narrative, but also to think about expands the study field in order to embrace the vast country that exists beyond the capitals. Though, the approved historiographic frame and, especially, replicated in the architecture schools, prevail a logic grounded in the ideas of center and periphery, not only of the architectural production, but also of the critical production about this architecture. In this context, the transmitter centers of modernity, by movements of diffusion and influence would be the common powering source for the periphery, which the “low” modern architecture never even would worthy been criticized. In conclusion, by categorizing the modern experience in high or low modernism, it leads the field to a formal, stylistic analysis, that ends to define which architecture is most modern.

Keywords: Modern Architecture in Brazil. Peripheral Modernity. Architecture in the interior of the country.

Resumen

El propósito de este artículo es presentar una breve discusión de la arquitectura brasileña moderna producida más allá de sus centros de origen y difusión, en particular São Paulo y Río de Janeiro y, más específicamente, cómo esta producción ha sido históricamente relegada a una posición de inferioridad frente a el producido en los centros, principalmente porque es mayoritariamente ignorado en la historiografía hegemónica de la arquitectura moderna brasileña, o a menudo clasificado como periférico y tardío. Este debate surge en el ámbito de la investigación de la tesis “Ecos de la modernidad en el Alto Uruguai Gaúcho: el caso de Erechim”, que estudió cómo se desarrolló el proceso de implantación de ejemplos de arquitectura moderna en el interior de Rio Grande do Sul entre los años 1945. y 1970. Si hasta hace poco la narrativa hegemónica en historiografía centraba sus esfuerzos en la producción y en temas vinculados a los centros neurálgicos de los grandes acontecimientos arquitectónicos modernos, a finales del siglo XX ya teníamos la construcción de posturas críticas a verdades consolidadas. Ahora, en las primeras décadas del siglo XXI, encontramos la distancia necesaria para no solo cuestionar la narrativa hegemónica, sino para pensar en ampliar el campo de estudio para dar cuenta del inmenso país que existe más allá de las capitales. Sin embargo, en el cuerpo historiográfico aceptado y, sobre todo, replicado en nuestras escuelas de arquitectura, prevalece una lógica basada en las ideas de centro y periferia, no solo de producción arquitectónica, sino también de producción de crítica de esta arquitectura. En este contexto, los centros emisores de la modernidad, por movimientos de difusión y / o influencia, serían la fuente común para alimentar a toda una periferia cuya baja arquitectura moderna ni siquiera sería digna de crítica. Se concluye que, cuando la experiencia moderna está condicionada a la producción de arquitecturas de alto y bajo modernismo, se lleva el campo a un análisis formal, estilístico, cuya función, la mayoría de las veces, sería definir qué arquitecturas modernas son más modernas.

Palabras clave: Arquitectura moderna en Brasil. Modernidad periférica. Arquitectura en el interior..

Introdução

As reflexões que apresentaremos nesse artigo têm sua gênese no processo de pesquisa da tese *Ecos da Modernidade no Alto Uruguai Gaúcho: o caso de Erechim*. Ao se pesquisar a arquitetura moderna em uma cidade no interior do Rio Grande do Sul, há pouco mais de 100 anos de sua fundação, revelou-se de extrema importância a busca pelo entendimento de quais foram os caminhos que ensejaram o surgimento de uma arquitetura de caráter moderna no interior do país e como esse tipo de produção tem sido vista ao longo do tempo pela historiografia da arquitetura moderna brasileira, uma vez que sua narrativa foi quase que hegemonicamente construída sobre obras, arquitetos, pensamentos e críticas irradiadas a partir dos centros como Rio de Janeiro, São Paulo e, posteriormente, Brasília. Apresentaremos no texto que segue a ideia constituída da existência de uma arquitetura *periférica* e *tardia* e como esses conceitos contribuem, mais do que para o esclarecimento das condições em que essa arquitetura surge, para um processo de valorização da produção arquitetônica que, ao se basear, sobretudo, numa análise que privilegia os elementos formais das obras e na distância desses centros irradiadores, indiretamente determina que modernos são *mais* modernos.

Todos modernos, mas uns mais modernos que outros

Passado um século das primeiras experiências da arquitetura moderna no Brasil, pode-se afirmar que o lugar da arquitetura moderna na constituição do conjunto da produção arquitetônica no país já está consolidado. Dos primeiros exercícios técnico/compositivos à afirmação e difusão de sua prática, passando por reflexões críticas sempre renovadas, é possível afirmar que, independentemente de sua gênese ou influência externa inicial, a arquitetura moderna brasileira encontrou um caminho singular de desenvolvimento e realização como experiência plástica e construtiva nacional. Desde sua gênese essa arquitetura se adaptou às inúmeras variáveis econômicas e sociais em um país continental: de uma quase ortodoxia *corbusiana*, a variadas soluções técnicas e climáticas, até um hibridismo formal e técnico decorrente do atendimento de condicionantes variadas em comparação as de seus centros de origem (notadamente a Europa).

Ainda que a arquitetura moderna no Brasil não seja hegemônica em termos quantitativos, uma vez que sua produção mais apurada está atrelada a soluções técnicas sofisticadas e, por conseguinte, caras e pouco acessíveis às grandes massas (exceção se faz a alguns conjuntos habitacionais emblemáticos de meados do século XX), sua imagética, ao menos a partir da construção de Brasília, ocupa o imaginário de variadas porções da população. A materialização desse conjunto simbólico que habita a memória coletiva pode ser vista nos mais distantes rincões do território nacional, às vezes levada por profissionais graduados e eruditos em sua criação, às vezes patrocinada por um Estado que lhe acolheu eventualmente como linguagem oficial, mas em muitos casos, como uma construção que se apropria de elementos da gramática formal moderna em condições adversas e que resultam em arquiteturas de faces modernas, desejosas da vivência da modernidade, mas erigidas a partir de um saber fazer empírico em uma relação de singularidade e repetição de elementos modernos.

Em um país em que concorrem múltiplas temporalidades, a modernidade e suas arquiteturas também não acontecem simultaneamente. Todavia, o campo

historiográfico da arquitetura moderna no Brasil tende a considerar que sua difusão se dá como linhas esticadas, que a partir de seus centros de origem nacional (notadamente Rio de Janeiro e São Paulo) se ligam a centros periféricos menores e mais distantes. É bastante comum que se estabeleça uma relação genealógica de primeiro e segundo grau, ou seja: ou a arquitetura moderna no interior seria fruto direto do trabalho de arquitetos modernos que migram para essas regiões para executar projetos pontuais ou específicos, ou de arquitetos que, graduados nos centros formadores, atuam no mercado e na educação superior em centros menores para que, a partir desses, passem a atuar ou formar arquitetos para trabalharem no interior dos estados da federação.

Alguns exemplos desse raciocínio podem ser demonstrados tanto na consulta a importantes e seminais publicações sobre a arquitetura moderna no Brasil, como *Brazil Builds* de Philip Goodwin (1943), *Modern Architecture in Brazil* de Henrique Mindlin (1956) e Yves Bruand (1981), ou em publicações posteriores que se consolidam como importantes fontes bibliográficas acerca da arquitetura moderna no Brasil, como *Arquiteturas do Brasil 1900-1990* de Segawa (1998). Mesmo Bruand, quando excepcionalmente escreve sobre a obra de Luís Nunes no Recife, trata de confirmar a ideia da prevalência de Rio de Janeiro e São Paulo como centros da produção da arquitetura moderna no país, como se vê:

***Os dois grandes centros do país, Rio de Janeiro e São Paulo, praticamente detiveram assim no início do século a exclusividade das iniciativas em matéria de arquitetura (...) As outras cidades limitavam-se a seguir a orientação dada ou transmitida por essas metrópoles, sem nada criar de realmente original (...)* (BRUAND, 2002, p. 77)**

Já em Segawa (1988, p. 9), dez anos antes da publicação de seu livro, trata em reportagem veiculada pela revista *Projeto* do que denominou “arquitetos peregrinos, nômades e migrantes”, onde justifica a presença da arquitetura moderna em outros rincões do país em função da chegada de arquitetos de outras regiões. Em *Arquiteturas do Brasil 1900-1999*, o capítulo “difusão de uma linguagem” reforça essa tese anterior.

Em termos mais simples: quando se pensa a arquitetura moderna realizada no interior do país, a narrativa hegemônica é a de um modelo de influência/disseminação a partir dos centros de produção da arquitetura moderna: Rio de Janeiro, São Paulo e depois Brasília. No entanto, mais do que a influência bem observada dos modelos arquitetônicos e urbanos, também a análise acadêmica que se construiu a partir do olhar dos centros, relegou indiretamente a toda produção realizada fora de seu alcance a condição de periférica.

Todavia, como veremos à frente, a acepção do termo periferia não expressa apenas uma relação geográfica. As páginas impressas da história da arquitetura moderna brasileira, em grande parte, não apenas apresentam a produção moderna que acontece para além dos centros como espelho daquela do centro, como também a considera menor, como mera interpretação de obras consideradas excepcionais, ou ainda seu simulacro.

A despeito da prevalência desse ideal e da ênfase histórica que a bibliografia sobre arquitetura brasileira deu sobre a produção de obras excepcionais, Carlos Martins (2010) ao refletir sobre a historiografia da arquitetura moderna brasileira chama atenção para a surpresa de Sigfried Giedion, ainda em 1956. Ao prefaciar o livro de Mindlin¹, Giedion observou que

***[...] deve-se reconhecer que no Brasil se alcançou um certo nível de realização que vem sendo mantido. Se certas características são claramente visíveis nas obras de algumas individualidades excepcionais, elas não estão ausentes no nível médio da produção arquitetônica. Isso não ocorre na maioria dos outros países.* (GIEDION, 1999, p. 17)**

¹ Ver MINDLIN, H. E. *Arquitetura moderna no Brasil*. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

Se já na década de 1950 era possível indicar a existência de uma arquitetura moderna para além das obras excepcionais, por que então a produção historiográfica sobre a arquitetura moderna no Brasil foi quase que massivamente produzida, nos quase trinta anos subsequentes, ratificando a onipresença qualitativa da arquitetura moderna brasileira apenas em seus centros irradiadores? E por que apenas recentemente passamos por uma revisão historiográfica que amplia o campo de estudo e alcança regiões e produções antes à margem do olhar acadêmico?

Inicialmente é preciso ter em conta que as narrativas históricas não são estáticas. Elas se transformam ao longo do tempo. A história da arquitetura moderna não é exceção nesse processo. Nesse sentido, observamos ao menos três fatores que podem ter influenciado o modo como foi construída esta narrativa no Brasil.

Em primeiro lugar o fato das publicações fundantes do debate serem de autoria de pessoas ligadas diretamente à produção da arquitetura moderna à época: intelectuais, artistas, críticos e especialmente os próprios arquitetos. Nesse contexto é possível aferir que a falta de um distanciamento histórico ou olhar ampliado para além da própria produção do grupo, criou um ambiente - nas palavras de Abílio Guerra (2010) - endógeno². Em um segundo momento, pós Brasília, em que a crítica à arquitetura moderna se consolida no país, temos os primeiros movimentos da historiografia que desviam parcialmente o foco na produção da chamada Escola Carioca e iluminam a produção da Escola Paulista. As demais produções, quando raramente consideradas, são tratadas como um *exotismo* digno de nota ou alguns parágrafos apostos. Um terceiro fator de influência na construção da narrativa histórica hegemônica da arquitetura moderna no Brasil pode estar ligado a centralização do ensino, mas principalmente da pesquisa, em arquitetura.

Segundo Lara, Loureiro e Marques (2005), a pesquisa na arquitetura em nível de especialização no Brasil surge ainda no tempo da Faculdade Nacional do Rio de Janeiro, especificamente na área dos estudos urbanos. O primeiro curso de mestrado em Arquitetura e Urbanismo data de 1972, na USP e o segundo de 1985, na UFRJ. (CAPES, 2020). Já o primeiro programa de doutorado em arquitetura data de 1980, na USP, e segue sendo o único até 1998. Segundo dados da Plataforma Sucupira, os primeiros programas de doutorado em arquitetura estabelecidos fora da região sudeste são os da Universidade Federal da Bahia, de 1999, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de 2002 e da Universidade de Brasília, de 2003. Isso não significa que não existiam profissionais com formações acadêmicas em nível de pós-graduação antes da instalação desses programas, mas que esses precisaram recorrer ao aperfeiçoamento em escolas no exterior.³

Nas últimas duas décadas, a ampliação dos cursos de graduação em AU no Brasil e sua distribuição por outras regiões do país⁴, incluindo o interior, resultou na elevação do número de pesquisas - vinculadas ou não a novos programas de pós-graduação fora do eixo Rio-São Paulo - e também no aumento em quantidade e diversidade de eventos científicos e publicações, o que, entendemos, têm contribuído de modo decisivo na diversificação das narrativas históricas sobre a arquitetura moderna brasileira.

² Guerra (2010, p.12) aponta para essa "endogenia" ao apresentar a coletânea "Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira - parte 1".

³ Segundo dados da Plataforma Sucupira (2020), existem hoje no Brasil 43 programas de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo, divididos em 64 cursos, sendo 34 mestrados acadêmicos, 21 doutorados e 9 mestrados profissionais. Considerando as datas de início dos cursos registradas no portal, dois iniciaram na década de 1970, três na década de 1980, oito na década de 1990, 14 na década de 2000 e 35 entre 2010 e agosto de 2020, quando da redação deste artigo. Nesta data dois cursos estavam em fase de recomendação. Deste modo, apenas nas duas últimas décadas, foram criados mais 75% dos cursos de pós-graduação em Arquitetura e Urbanismo no Brasil. Fonte: pesquisa em dados brutos na Plataforma Sucupira [https://sucupira.capes.gov.br]

⁴ A ampliação do número de cursos de graduação Arquitetura e Urbanismo implantados no Brasil pode ser expresso através de quantitativo (segundo data de implantação), por pesquisa aos dados do E-Mec (2020), os quais apresentamos aqui separados por décadas: Dec. 1930: 1; Dec. 1940: 4; Dec. 1950: 1; Dec. 1960: 6; Dec. 1970: 22; Dec. 1980: 12; Dec. 1990: 58; Dec. 2000: 112; Dec. 2010: 506. Dentre os que tem registrados no sistema do Ministério da Educação data de início entre os anos de 2000 e 2020, pouco mais de 39% estão localizados na região sudeste. Ainda nesse período de tempo, quase 70% dos novos cursos criados não estão localizados nas capitais dos estados. Fonte: pesquisa em dados brutos da plataforma E-mec [https://emec.mec.gov.br/]

Em um país de extensão continental e em cujo território se testemunha discrepâncias econômicas, sociais e culturais, temporalidades variadas e distintas possibilidades de acesso à cidadania (em suas diversas expressões), também a arquitetura e seu processo histórico de produção não é único ou se manifesta de modo linear. A própria busca por uma identidade nacional já não é fecunda sem que se incorra em alguma generalização reducionista. Na arquitetura, se considerarmos apenas as variáveis de ordem criativa e as condições técnicas para sua realização, encontraremos um infundável universo de soluções técnicas, estéticas e programáticas distribuídas pelo país que, por si, já são capazes de derrubar qualquer tese de uma unidade nacional. Inversamente a essa constatação, temos que parte importante da historiografia da arquitetura moderna brasileira pôs de lado essas discrepâncias em nome da construção de uma ideia hegemônica do que se deveria considerar como 'a' arquitetura moderna brasileira.

Na esteira de processo de revisão histórica e também da busca de olhares alternativos às narrativas sobre a arquitetura moderna, são apresentadas já no início do século XXI, novas interpretações a partir de fenômenos que acontecem longe dos principais centros irradiadores e que, em maior ou menor medida, começam a se descolar da concepção de uma simples transposição de ideias no sentido eixo-periferia, ou de que esse fluxo entre influência e recepção seja linear e de sentido único.

Acompanhando essa perspectiva, podemos ver no Brasil um conjunto de novas classificações, dentre as quais destacamos o modernismo periférico (DINIZ, 2017), a modernidade possível (TEIXEIRA, 2009), o modernismo vernacular (LARA, 2009) e o modernismo popular (LARA, 2005)(LARA, 2008).

Ao analisarmos as transformações no âmbito da modernidade, vemos que, quanto mais nos distanciamos do epicentro de um fenômeno – seja em termos geográficos, seja em termos temporais – mais interpretações passam a ser consideradas e mais recortes de análise surgem.

Na historiografia da arquitetura moderna no Brasil esse fenômeno também acontece. No livro de Mindlin, de 1956, a “história da arquitetura moderna no Brasil é a história de um punhado de jovens e de um conjunto de obras realizado com uma rapidez inacreditável (...) em São Paulo e no Rio de Janeiro” (MINDLIN, 1999, p. 23). Na obra de Bruand, publicada em 1981, quando o autor trata do que chama de “maturidade da nova arquitetura brasileira”⁵, identifica de modo amplo três “atitudes”: a “arquitetura nova”⁶ (que se refere quase que exclusivamente ao que hoje se entende como a produção da Escola Carioca; a “continuidade racionalista”⁷ identificada na obra de Reidy ou em “pesquisas paralelas”⁸ de arquitetos como Jorge Machado Moreira e Rivo Levi; e uma atitude “à margem do racionalismo”⁹, que integra a “corrente orgânica” e o “brutalismo paulista” (BRUAND, 2002).

Em Segawa (2002), cujo livro tem sua primeira edição em 1998, a compreensão da arquitetura moderna se dá mediante classificação cronológica (incluindo sobreposições) já distanciada da ideia de produção de “um punhado de jovens”. Em seu livro são apresentados o “modernismo programático (1917-1932)”¹⁰, a “modernidade programática (1922-1943)”¹¹ e a “modernidade corrente (1929-1945)”¹². A “afirmação da uma escola” e a “afirmação de uma hegemonia” ficam entre 1943 e 1970¹³.

5 Ibid., p. 119

6 Ibid., p. 119

7 Ibid., p. 223

8 Ibid., p. 243

9 Ibid., p. 269

10 Ibid., p. 41

11 Ibid., p. 53

12 Ibid., p. 77

13 Ibid., p. 129

Mais recentemente as publicações tendem a examinar produções específicas da arquitetura moderna, aprofundando análises e iluminando produções até então pouco exploradas, mas também subdividindo e classificando as mesmas a partir de critérios variados de acordo com a pesquisa. Essa busca pelo estudo de fenômenos especificamente delimitados (como *subconjuntos* da arquitetura moderna no Brasil), tem de positivo o rompimento com a postura hegemônica que predominou na historiografia, e se torna importante quando seus resultados retroalimentam o entendimento do fenômeno mais amplo.

Podemos dizer que o modo como a arquitetura moderna produzida longe das capitais é mais recorrentemente tratada na historiografia brasileira reproduz, a sua medida, a relação centro/periferia vista tantas vezes aplicada na relação Europa X *os outros* (América Latina, Brasil, etc.). Vemos replicadas não apenas uma relação de subalternidade, mas também a cristalização - como pensamento único - de um entendimento que tende a considerar o traslado cultural (importação/exportação de ideias) como uma via de mão única que se expressa em processos de influência/recepção.

Marina Waisman (2013), ao propor uma revisão historiográfica da arquitetura na América Latina, sublinha alguns aspectos dessa relação, como a intrínseca dependência da periferia em relação ao centro que termina por gerar uma leitura por vezes depreciativa do primeiro. Em suas palavras:

[...] o par de conceitos centro/periferia traz consigo a ideia de dependência, pelo fato de os dois termos pertencerem a um sistema no qual o segundo está subordinado ao primeiro, ocupando um lugar secundário, acessório. Tudo o que for produzido na periferia será feito dentro do quadro das decisões tomadas pelo centro; na periferia, só serão possíveis as decisões de "segundo grau", ou seja, aquelas tomadas dentro do quadro traçado pelos órgãos de decisão de primeiro grau. (WAISMAN, 2013, p. 94-95)

Isso posto, nos vemos diante de um paradoxo sempre presente na reflexão sobre a arquitetura moderna na América Latina e que pode ser transposto para a realidade brasileira, qual seja: o estabelecimento das relações de centro/periferia na análise da arquitetura se impõem mais do que como instrumento de distinção, mas como instrumento de medida de nível civilizatório de uma cultura/região sobre outra. O paradoxo reside justamente em se ignorar que: 1) Os centros só se ratificam como centros a partir da existência de uma periferia. O deslocamento de um centro - ou da posição central de um observador - pode lhe atribuir um novo valor, mas perpetua o mesmo estado de coisas em que elementos de análise externos à arquitetura (precedência cronológica, posição geográfica, etc.) vão ser usados para estabelecer que moderno é mais moderno. 2) Como frisou Sperling (2003), introduzindo a reflexão de Silvia Arango, "o centro, ao colocar-se como tal, fecha-se a qualquer manifestação externa a si, considerada não relevante e acomete-se do que ela chama de provincianismo, e as periferias, abertas a receber influências produzem uma visão ampla do mundo - característica que deveria ser fundante de qualquer centralidade" (SPERLING, 2003).

Outra postura frente aos efeitos da modernidade que é vista na relação metrópole x colônia - e que se faz recorrente ao se tratar da arquitetura moderna no Brasil para além dos centros - é a identificação destes como fenômenos tardios¹⁴. Não há incongruência conceitual na adoção do termo quando consideramos apenas o fator cronológico, mas ressaltamos que é possível e corrente o entendimento do tardio simplesmente como atrasado.

O que nos interessa pôr em pauta, no entanto, é que é justamente no *tardio* que se estrutura todo o desenvolvimento da modernidade além dos centros. É o *atraso* ou a *lentidão* da materialização dos processos da modernidade - a modernização - que permite que no

¹⁴ O conceito de modernidade tardia, segundo Brandão (2005), é adotado no Brasil (no que tange a arquitetura) a partir da década de 1940, afim de identificar "a produção artística e cultural brasileira (...) que incorpora as manifestações periféricas do modernismo, ou seja, fora do eixo Rio-São Paulo" (BRANDÃO, 2005, p. 203-204).

desencontro entre a modernidade desejada e a modernidade alcançada se sobreponham múltiplas temporalidades e espacialidades. É de onde descendem por exemplo, os inúmeros casos de cidades brasileiras que surgem e se desenvolvem em curtíssimo espaço de tempo e carregam em si transformações em suas paisagens urbanas em ritmo acelerado (em muitos casos, às custas da destruição de configurações anteriores).

Junto dos adjetivos *tardio* e *periférico*, a produção arquitetônica moderna que acontece para além dos centros é também costumeiramente apresentada como uma versão popular (periferia) frente a uma versão erudita (centro), ou ainda como variações ou hibridismos frente a pureza da produção central. Gorelik (2009) entende que a criação dessas dicotomias se deve a um “desenho de mundo com geometria polar” onde a metrópole (centro) estará sempre representada como “fonte de inovação e originalidade frente a “idiotice” provinciana (periferia), lugar de resistência conservadora e demorada imitação”.

Apresentaremos na sequência alguns conceitos mais recentes aplicados à produção da arquitetura moderna no Brasil para além dos centros, que absorvem em diferentes medidas as argumentações anteriores. Formuladas a partir da pesquisa de realidades distintas e a partir de bases de estudo também distintas, essas conceituações e terminologias não são sinônimas. Ainda que todas tratem de uma produção arquitetônica moderna que ficou à margem da narrativa hegemônica da historiografia arquitetônica nacional e que todas busquem, a seu modo, jogar luz sobre essa produção periférica, cada uma delas vai trazer uma proposta terminológica particular.

Inicialmente trataremos dos conceitos mais amplos em sua aplicabilidade, como o *modernismo periférico*. A expressão *modernismo periférico* não é nova e não tem acepção única. Nos campos da sociologia, da arte e até da literatura (entre outros), não é raro que o *modernismo periférico* seja entendido como um esforço crítico em relação à modernidade, ou mesmo como uma adjetivação insurgente ante o modelo eurocêntrico. Essa não é, todavia, uma abordagem corrente ao se considerar a arquitetura moderna brasileira.

Ao contrário, ao se tratar do Brasil e da arquitetura, a leitura mais disseminada e francamente repetida é a dos centros – primeiro Rio de Janeiro, depois São Paulo e Brasília – em torno dos quais toda a produção passa a ser periférica. É o caso da primeira pesquisa que colocamos em pauta: o *modernismo periférico* anunciado pela pesquisadora Anamaria Diniz¹⁵ ao se debruçar sobre o caso da cidade de Goiânia.

Em seu texto a autora traz a análise dos projetos urbanos de Attilio Corrêa Lima para a cidade de Goiânia, entre 1932 e 1935. A condição de modernidade periférica posta por Diniz se exprime a partir de pequenos gestos – em especial anotações do autor do projeto sobre os desenhos originais – que é interpretada como resistência ao modelo eurocêntrico, como por exemplo uma notação de Norte apontada para baixo presente em todos os mapas da nova capital de Goiás.

Mesmo buscando construir uma narrativa a partir dessa observação, a autora não se furta a afirmar que “as experiências vividas por Attilio C. Lima durante os anos em que morou em Paris e que antecederam os planos de Goiânia, influenciaram em suas decisões de como planejar uma cidade sobre uma tábula rasa no sertão” (DINIZ, 2017, p. 108).

O que se tem do exposto é um algum desequilíbrio factual entre uma notação pretensamente anti-eurocêntrica e toda uma formação e prática de viés profundamente colonizador. Na ausência de alguma defesa mais aprofundada, temos uma abordagem de *modernismo periférico* que pretende acusar resistência (portanto se afastar de uma interpretação pejorativa do *periférico*), mas que termina injustificado e, por isso, se soma ao modo mais usual de utilização do termo, explicado apenas pela distância (em suas possíveis acepções) de um centro.

¹⁵ Pesquisa “Goiânia: Modernismo Periférico”, 2007. A autora é doutora em Arquitetura e Urbanismo pela Universidade de Brasília – UnB (2015). Pesquisadora Fonds Historiques do Institut d’Urbanisme de Paris – IUP/ UPEC (2011-2015).

Outra observação que julgamos necessária é sobre o fato de que, aplicado ao campo da arquitetura, o conceito do modernismo periférico ganha contornos pouco precisos, uma vez que preponderantemente se enfatiza o adjetivo - periférico - em detrimento do substantivo - modernismo. Ao nos depararmos com escritos que fazem uso dessa expressão é perceptível o estabelecimento de duas relações: uma, mais literal, que trata como periférico tudo que não é o centro, e outra, em que o periférico se alinha com adjetivações de outros campos, como a industrialização periférica, o capitalismo periférico e a cultura periférica, por exemplo. O termo não é encarado, portanto, (na maioria dos casos em que aparece na bibliografia da arquitetura brasileira) como uma variação do modernismo que teria características notáveis a ponto de exigir uma adjetivação como esforço de precisão. Logo, no modo em que aparece, não se estabelece como um outro modernismo ou como uma variação do modernismo, mas como uma simples variação de contexto de um fenômeno que não se transforma.

Algumas definições secundárias¹⁶ surgem pontualmente em falas, comentários e artigos de autores de distintas áreas dentro da própria arquitetura e cristalizam, em certa medida, esse triunfo do adjetivo. Fischer (2011), por exemplo, ao proferir fala de abertura de mesa de debate no 9º Seminário Docomomo Brasil, reúne artigos que tratam da arquitetura moderna para além dos centros sob o título de *À margem do Movimento Moderno*.

Essa arquitetura produzida à margem do movimento moderno seria assim entendida - na fala da autora - por estar representada em trabalhos que rompem com a “posição hegemônica no campo arquitetônico” que se forma na década de 1950 segundo uma “orientação arquitetônica originária das realizações de alguns profissionais cariocas e de forte raiz corbusieriana” cuja “estética findou por tomar para si a condição de legítima arquitetura moderna brasileira, (...) legando ao esquecimento obras que nela não se enquadram.” (FISCHER, 2011, p. 1)

Além disso, a autora complementa:

Nossa sessão foi constituída justamente com o objetivo de contemplar a apresentação de pesquisas sobre arquiteturas de orientação modernizadora¹⁷ – quanto à estética e linguagem, programas, aspectos construtivos etc. – que não se ajustam ao entendimento corrente do que seja a arquitetura do Movimento Moderno. Em outras palavras, será que os vencidos não têm direito sequer à história de sua própria derrota?” (FISCHER, 2011, p. 2)

Chama atenção a última frase de sua fala (“será que os vencidos não têm direito sequer à história de sua própria derrota?”), uma vez que expressa um paradoxo entre a compreensão de que a arquitetura moderna brasileira não se resume a Escola Carioca (entendida como hegemônica, central, e, portanto, margeada pelas demais produções), e a ideia de que o que não puder ser medido por essa mesma régua é uma manifestação de derrota. Apesar da força das palavras, essa é a postura média que a historiografia da arquitetura moderna brasileira adotou por muito tempo.

Ainda de modo pontual podemos encontrar em autores de outros países *periféricos* esforços recentes em busca de terminologias e conceituações que, guardadas diferenças de abordagem, intentam dar conta do fenômeno da modernidade periférica. Como exemplos podemos citar Roberto Goycoolea Prado (2014), que a partir da Espanha - mas observando as realidades latino-americana e africana - apresenta a *modernidade ignorada*¹⁸ ou Luiz Muller (2009) que escreve sobre as *modernidades de província* a partir da observação da arquitetura moderna em Santa Fe, na Argentina.

¹⁶ Tratamos como secundárias por não terem sido colocadas com uma tese ou proposição de abordagem sobre o tema, mas como termos que aparecem pontualmente na fala de alguns autores.

¹⁷ Grifo nosso

¹⁸ Mais informações podem ser encontradas em: <http://modernidadignorada.com/>

A modernidade ignorada resulta do trabalho de uma rede¹⁹ de pesquisadores da América Latina e da África “interessados no estudo, catalogação e recuperação dos aspectos e obras pouco conhecidas ou ignoradas no património urbano e arquitetônico moderno” (IKUGA e GUTIÉRREZ, 2011). Enquanto conceito, faz referência inicialmente ao caso da arquitetura moderna em Luanda, para se expandir e dar conta de casos similares de *desconhecimentos* por todo o hemisfério sul.

Prado (2014) coloca que a modernidade é, possivelmente, o tema mais conhecido e estudado na disciplina arquitetônica, tanto como conjunto, quanto a partir de seus protagonistas e suas obras. Nesse sentido a “ignorância aludida não pretende indicar que se trata de um fenômeno desconhecido, mas um fenômeno cujo conhecimento apresenta carências que ensejam revisão”. Segundo o autor, essas carências vão desde uma compreensão inadequada de aspectos pontuais até o desconhecimento de certos autores e obras específicas (o que considera mais grave). Em sua visão, os tipos e características dessas ignorâncias são múltiplas, mas destaca que parte significativa deriva da “visão hegemônica com que se tem abordado o estudo da modernidade arquitetônica” (PRADO, 2014, p. 12).

A *modernidade de província* apresentada por Müller (2009) pode suscitar um duplo entendimento: a província como divisão político-administrativa corrente na Argentina (país base de seu estudo), ou a província em oposição à metrópole. No caso da cidade estudada – Santa Fé – as duas acepções não são excludentes. Para Andrián Gorelik (2009), que prefaciou o livro de Müller, o desafio do autor foi propor um ponto de vista distanciado da dinâmica metrópole-província. “Um ponto de vista que escapa das tendências de celebração e denúncia para pôr sob uma lupa uma experiência de modernização em um âmbito duplamente provinciano”²⁰

O trabalho de Müller trata como objetos edificações públicas de Santa Fé a partir da década de 1930, principalmente escolas e hospitais. A essa produção moderna e amparada pelo Estado, o autor confere o papel de “exemplo” a partir dos quais “a inovação arquitetônica encontrou rápido eco em uma nova burguesia que, através de suas residências modernistas, apelava a um *ethos* progressista e cosmopolita que lhe permitiria diferenciar-se tanto do territorialismo²¹ de seus progenitores imigrantes, como do tradicionalismo da aristocracia local” (GORELIK, 2009)²².

De volta ao plano brasileiro, apresentamos a proposta de Teixeira (2009), que ao estudar as expressões da arquitetura moderna em Florianópolis/SC entre as décadas de 1930 e 1960, aponta para uma *modernidade possível*.

O conceito da modernidade possível que Teixeira nos traz se assenta na constatação de que, na Florianópolis de meados do século XX, a arquitetura manifestou “vieses da modernidade” não apenas “advindos de referências de outros centros”, mas também “filtrados por inviabilidades técnicas advindas de uma precariedade de meios, por um lado, e um conservadorismo de gosto estilístico das elites locais e seus agentes, por outro”. Na perspectiva colocada pelo autor, essas arquiteturas não trouxeram evidências de excepcionalidade ou monumentalidade, podendo ser entendidas como

19 A rede é coordenada pela Universidade de Alcalá (Espanha) e sua mais recente publicação: “Modernidades ignoradas. Indagaciones sobre arquitectos y obras (casi) desconocidas de la arquitectura moderna” congrega estudos de casos de diversos autores sobre expressões pouco conhecidas da arquitetura e desenho urbano moderno em cidades da Colômbia, Peru, Venezuela, México, Marrocos, Cabo Verde, Guiné Bissau, São Tomé e Príncipe, Espanha e Itália.

20 A referência a “um âmbito duplamente provinciano” parte da consideração que, em se mantendo a análise a partir do sistema das hierarquias centro-periferia na escala nacional argentina, Rosário, já nos anos de 1930, exercia centralidade sobre Santa Fé.

21 Territorialismo é uma tradução mais ampla do termo “comarcalismo” empregado pelo autor.

22 Tradução nossa

arquiteturas de *produção* e não de *proposição*²³. Mais do que isso, Teixeira circunstancia a arquitetura produzida naquele tempo na cidade a uma posição de "retaguarda da profissão", uma arquitetura do exercício cotidiano.

Como dissemos anteriormente, junto a ideia do modernismo periférico, outros conceitos aparecem constantemente atrelados. Numa dessas abordagens, reforçando a subalternidade das periferias em relação aos centros, se entende que as manifestações culturais modernas que acontecem para além dos centros (arte, literatura, arquitetura, etc.) são versões esmaecidas de um brilho central.

Essa consideração merece ao menos duas observações: a primeira diz respeito aos critérios de valoração impostos pela historiografia da arquitetura moderna no Brasil. Quase sem questionamento, esta parte de um pressuposto de que o máximo de qualidade que se encontrará nessas condições será uma interpretação de uma obra canônica projetada e/ou construída por um leigo ou arquiteto menor. Se levada ao pé da letra, deveríamos encontrar no interior do país apenas versões menores, adaptações ou simulacros dos palácios de Brasília ou qualquer outro modelo. Sabemos, no entanto, que nem essa é uma realidade, como também que muito da obra moderna construída fora do centro tem assinatura dos mesmos arquitetos do centro, ou de discípulos diretos com igual ou maior domínio do artefato arquitetônico ou urbano.

Outra observação que recai sobre a relação do ponto de vista do *esmaecimento* é a ideia de difusão/recepção. Antes de mais nada, é ponto pacífico que ideias viajam mais rápido que realizações arquitetônicas. Nesse sentido, antes de se considerar uma arquitetura como uma versão empobrecida de outra, seria preciso admitir que as ideias se desmancham no caminho entre o centro e a periferia. Isso não é de todo improvável considerando que no universo da arquitetura a experiência da imagem e da representação são privilegiadas. Além do que, essas imagens eram levadas de um lugar a outro por meio de vários suportes, sobretudo revistas e jornais. Todavia, se insistirmos na relação de difusão/recepção para explicar a arquitetura moderna no interior, devemos concordar que só existe um modelo, do qual todo o resto é mera cópia, e admitir que na análise desses fatos só nos interessa a questão formal.

Se é esta a alternativa, se especificidades locais de produção, condicionantes as mais diversas e particularidades culturais não entram no bojo da análise, então estamos condenados a classificar alguns modernos como mais modernos que outros. Uma planta livre é mais moderna que outra planta livre? Um telhado borboleta é mais moderno que outro telhado borboleta? Se nossa tendência é acreditar que essas perguntas não têm respostas, talvez seja oportuno repensar o estabelecimento de critérios de análise dos fenômenos ligados à arquitetura moderna para além dos centros, a partir de atributos não apenas formais e, menos ainda, a partir de sua "distância" de um centro.

Outra vertente da reflexão sobre a *modernidade periférica* é a relação entre arquitetura *erudita* e arquitetura *popular*. Como vimos, inerente à relação centro/periferia, está a ideia de esmaecimento da qualidade da produção arquitetônica moderna. Essa é uma generalização que pode ser desfeita sem grande esforço apenas observando as obras icônicas que são encontradas em todo o país. Também a ideia de que a arquitetura periférica é uma interpretação de leigos e/ou profissionais menores, pode ser facilmente contradita em exame superficial das autorias das mesmas obras icônicas para além do eixo Rio/São Paulo. Nos resta assumir que essa interpretação,

²³ As arquiteturas de produção e de proposição são categorias apresentadas por Fernando Diez (2008) em artigo para a edição argentina da revista Summa. Segundo autor, enquanto a arquitetura de produção busca dar respostas de qualidade às necessidades práticas estabelecidas sob estrita atenção às questões normativas, técnicas e econômicas (incluindo aí "procedimentos técnicos correntes"), a arquitetura de proposição tem sua qualidade reconhecida, mas é produzida em condições excepcionais de vários ordens, como suporte econômico, localização, entre outros. Ainda na visão do autor, mesmo a arquitetura de produção tentando satisfazer em grande escala as demandas da sociedade moderna e constituindo a massa edificada que dá formas às cidades, ela está relegada – especialmente na academia – à posição subalterna em relação a arquitetura de proposição, essa mitificada como a arquitetura de qualidade.

que também divide a produção arquitetônica moderna em alta e baixa, está aplicada a chamada arquitetura popular, ou a arquitetura que não é feita por arquitetos, e que se utiliza de uma gramática estética (muitas vezes construtiva) moderna.²⁴

Essa arquitetura popular, anônima - predominante em nossas cidades - recebe historicamente diferentes abordagens na historiografia da arquitetura brasileira. Algumas vezes exaltada como identitária e vernacular, mas na maior parte do tempo relegada ao campo do exótico. A arquitetura dos não arquitetos, em especial quando se cerca de simbologias da modernidade ou de desejos de ascensão social, por anos foi tratada como *Kitsch*.

Nestor Canclini, (2008) em sua obra *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade* chama a atenção para o modo maniqueísta com que são encarados os processos constitutivos da modernidade, representado em oposições que podem ser vistas na continuada relação que estabelecemos entre *moderno = culto = hegemônico, contra o tradicional = popular = subalterno*

No Brasil o popular não é tratado como subalterno apenas no campo das ideias. Não soa casual que essa *arquitetura popular* floresça nas extensas periferias das grandes cidades ou no interior do país. Nessa altura conceitos e pré-conceitos difundidos por tanto tempo são um emaranhado de difícil solução.

Nesse sentido trazemos à tela o trabalho do professor Fernando Luiz Lara que, de 2005 para cá, observa as expressões populares da arquitetura moderna no Brasil e nos apresenta os conceitos de *modernismo vernacular* (LARA, 2009) e *modernismo popular* (LARA, 2005)(LARA, 2008), ambos temas que trata de modo mais amplo em seu livro de 2018: *Excepcionalidade do modernismo brasileiro* (LARA, 2018).

As análises de Lara vão dar conta do processo de difusão da arquitetura moderna no Brasil e iluminam sobre como, a partir da década de 1950, se consolidam ações que alguns estudiosos identificam como singularidade e repetição. A excepcionalidade que o autor observa está ligada principalmente ao nível de penetração do vocabulário moderno que, segundo este, no Brasil, ultrapassa vários extratos sociais “chegando à classe média e, por que não dizer, até as favelas” (LARA, 2018, p. 4). Desse modo, em seus termos: “a escala de disseminação e da apropriação popular do vocabulário e da espacialidade moderna no Brasil é ímpar, excepcional mesmo” (LARA, 2018, p. 31).

Considerações Finais

O processo de modernização brasileira foi e é excludente. Seja por se dar de modo incompleto, não abrangendo a ampliação de alguns dos direitos básicos de parte significativa de seus cidadãos, seja por atingir as diversas regiões do país de modo distinto em efeito e em temporalidade. Essa característica não impede que encontremos, no entanto, apropriação de um modelo construtivo moderno – como o sistema pilar-viga-laje - tão adotado pela arquitetura moderna e fagocitado pelo mercado imobiliário – nas mais diversas construções e autoconstruções independente do poder aquisitivo do construtor ou proprietário.

Além disso, a produção arquitetônica moderna no Brasil é tanto resultado quanto agente de um rompimento da ordem linear – temporal ou no sentido de expansão do conhecimento – predominante na narrativa histórica e mesmo na abordagem pedagógica do tema nas escolas de arquitetura. Nesse sentido se reforça a necessidade de, compreendido o contexto geral dos acontecimentos, nos debruçarmos sobre um entendimento aproximado de realidades particulares a partir não apenas de fatores

²⁴ Também pode-se ver a apropriação de um modelo construtivo, variação do Dom-ino, além da apropriação do uso do concreto armado, sem, no entanto, atingir todas suas potencialidades.

de ordem estilística, mas sobretudo a partir do exame dos processos. Essa abordagem poderá explicitar dinâmicas diversas ou ensejar o exercício de novos olhares que devem ir além da transposição física do ponto de observação dos fenômenos urbanos e arquitetônicos (do centro para a periferia ou da periferia para o centro), mas ousar a transformação no modo de se observar esses fenômenos: não apenas como núcleos receptores da informação externas, mas como regiões com dinâmicas próprias, múltiplas e não lineares de construção de seus modelos de vida e de constituição urbana e arquitetônica modernos. Tão modernos quanto os outros.

Referências Bibliográficas

- BRANDÃO, C. A. L. Modernidade quae sera tamen. **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 201-215, Dez 2005.
- BRUAND, Y. **Arquitetura contemporânea no Brasil**. 4. ed. São Paulo: Perspectiva, 2002.
- CANCLINI, N. G. **Culturas híbridas. Estratégias para entrar e sair da modernidade**. 4. ed. São Paulo: EdUSP, 2008.
- CAPES. Cursos avaliados e reconhecidos por área de atuação - Arquitetura e Urbanismo. **Plataforma Sucupira**, 2020. Disponível em: <<https://sucupira.capes.gov.br>>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- DIEZ, F. Arquitectura de proposición y arquitectura de producción. **Summa**, Buenos Aires, n. 94, p. 70-79, 2008.
- DINIZ, A. Goiânia: modernismo periférico. **Revista Estética e Semiótica**, Brasília, 7, n. 1, 12 set. 2017. 101-114. Disponível em: <<https://periodicos.unb.br/index.php/esteticaesemiotica/article/view/12218>>. Acesso em: 03 jan. 2020.
- FISCHER, S. À margem do Movimento Moderno. **9º Seminário Docomomo Brasil**. Brasília: Docomomo Brasil, 2011. p. 3.
- GIEDION, S. O Brasil e a arquitetura contemporânea. In: MINDLIN, H. E. **Arquitetura Moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999. p. 17-18.
- GORELIK, A. La modernidad y sus supuestos. In: MÜLLER, L. **Modernidades de provincia. Estado y arquitectura en la ciudad de Santa Fe 1935-1943**. Santa Fe: UNL Ediciones, 2009.
- GUERRA, A. A construção de um campo historiográfico. In: GUERRA, A. **Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira - parte 1**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 316.
- IKUGA, L. M.; GUTIÉRREZ, C. G. Presentación. **Modernidad Ignorada**, 2011. Disponível em: <<http://modernidadignorada.com/>>. Acesso em: 22 jan. 2020.
- LARA, F. L. Modernismo popular: elogio ou imitação? **Cadernos de Arquitetura e Urbanismo**, Belo Horizonte, v. 12, n. 13, p. 171-184, Dezembro 2005.
- LARA, F. L. **The Rise of Popular Modernist Architecture in Brazil**. Gainesville: University of Florida Press, 2008.
- LARA, F. L. Modernism Made Vernacular - The Brazilian Case. **Journal of Architecture Education**, v. 63, n. 1, p. 41-50, October 2009.
- LARA, F. L. **A excepcionalidade do modernismo brasileiro**. São Paulo: Romano Guerra, 2018.
- LARA, F. L.; LOUREIRO, C.; MARQUES, S. Pensando a pós-graduação em arquitetura e urbanismo: Brasil, 2005. **Arquitextos**, São Paulo, n. 065.05, Out 2005. ISSN 1809-6298.

Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/06.065/418>>. Acesso em: 05 maio 2019.

MARTINS, C. A. F. "Há algo de irracional." notas sobre a historiografia da arquitetura brasileira. In: GUERRA, A. **Textos fundamentais sobre a história da arquitetura moderna brasileira**. São Paulo: Romano Guerra, 2010. p. 131-168.

MINDLIN, H. E. **Arquitetura moderna no Brasil**. Rio de Janeiro: Aeroplano, 1999.

MÜLLER, L. **Modernidades de Provincia. Estado y arquitectura em la ciudad de Santa Fe - 1935-1943**. Santa Fe: Ediciones UNL, 2009.

PRADO, R. G. Modernidades ignoradas. In: PRADO, R. G. [. **Modernidades ignoradas. Indagaciones sobre arquitectos y obras (casi) desconocidas de la arquitectura moderna**. Puebla: Programa Editorial de la Red de Investigación Urbana, 2014. p. 12-25. Disponível em: <https://issuu.com/modernidadignorada/docs/miu-uah_libro_modernidades_ignorad>. Acesso em: 03 jan. 2020.

ESGAWA, H. **Arquitetos peregrinos, nômades e migrantes**. São Paulo: Projeto, 1988.

SEGAWA, H. **Arquiteturas no Brasil 1900-1990**. 2. ed. São Paulo: EdUSP, 2002.

SPEHLING, D. Arquitetura como discurso. O Pavilhão Brasileiro em Osaka de Paulo Mendes da Rocha. **Arquitextos**, São Paulo, n. 038.03, Jul 2003. ISSN 1809-6298. Disponível em: <<https://www.vitruvius.com.br/revistas/read/arquitextos/04.038/667>>. Acesso em: 03 jan. 2020.

TEIXEIRA, L. E. F. **Arquitetura e cidade: a modernidade (possível) em Florianópolis - Santa Catarina - 1930-1960**. Tese [Doutorado] - Programa de Pós-Graduação da Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo - USP São Carlos. São Carlos. 2009.

WAISMAN, M. **O interior da história. Historiografia arquitetônica para uso de latino-americanos**. São Paulo: Perspectiva, 2013.

RESPONSABILIDADE INDIVIDUAL E DIREITOS AUTORAIS

A responsabilidade da correção normativa e gramatical do texto é de inteira responsabilidade do autor. As opiniões pessoais emitidas pelos autores dos artigos são de sua exclusiva responsabilidade, tendo cabido aos pareceristas julgar o mérito das temáticas abordadas. Todos os artigos possuem imagens cujos direitos de publicidade e veiculação estão sob responsabilidade de gerência do autor, salvaguardado o direito de veiculação de imagens públicas com mais de 70 anos de divulgação, isentas de reivindicação de direitos de acordo com art. 44 da Lei do Direito Autoral/1998: "O prazo de proteção aos direitos patrimoniais sobre obras audiovisuais e fotográficas será de setenta anos, a contar de 1º de janeiro do ano subsequente ao de sua divulgação".

O CADERNOS PROARQ (ISSN 2675-0392) é um periódico científico sem fins lucrativos que tem o objetivo de contribuir com a construção do conhecimento nas áreas de Arquitetura e Urbanismo e afins, constituindo-se uma fonte de pesquisa acadêmica. Por não serem vendidos e permanecerem disponíveis de forma online a todos os pesquisadores interessados, os artigos devem ser sempre referenciados adequadamente, de modo a não infringir com a Lei de Direitos Autorais.

Submetido em 14/08/2020

Aprovado em 12/09/2020